

A LITERATURA COLONIAL PORTUGUESA E SUAS RECONFIGURAÇÕES PÓS-COLONIAIS

PORTUGUESE COLONIAL LITERATURE AND ITS POSTCOLONIAL RECONFIGURATIONS

Isabella Tavares Sozza Moraes¹

RESUMO

Este artigo examina a produção literária fomentada pelos Concursos de Literatura Colonial (1926) e Ultramarina (1954), analisando sua função na construção de um imaginário imperial português e seu posterior apagamento após o 25 de Abril. A justificativa reside na necessidade de revisitar criticamente esse *corpus*, muitas vezes excluído dos cânones metropolitanos, mas ressignificado nos sistemas literários africanos. O objetivo geral é compreender como essas narrativas, inicialmente vinculadas ao lusotropicalismo e à propaganda colonial, foram posteriormente assimiladas ou rejeitadas nas literaturas nacionais emergentes. A metodologia utilizada combina análise discursiva de obras premiadas nesses concursos (*corpus*) com uma abordagem teórica pós-colonial (Said, 1993; Bhabha, 1994) e estudos sobre colonialidade (Quijano, 2000). Os resultados indicam que a literatura colonial portuguesa opera como um arquivo ambíguo, simultaneamente instrumento de dominação e matéria-prima para contra-narrativas africanas. Conclui-se que sua releitura contemporânea exige um diálogo crítico com as epistemologias do Sul (Santos, 2018), capaz de desvelar tanto suas violências simbólicas quanto suas resiliências culturais.

PALAVRAS-CHAVE: Memória literária. Colonialismo. Descolonização. Lusotropicalismo. Arquivo.

ABSTRACT

This article examines the literary production fostered by the Colonial (1926) and Overseas (1954) Literature Competitions, analyzing their role in the construction of a Portuguese imperial imaginary and their subsequent erasure after the 25th of April Revolution. The rationale lies in the need to critically revisit this *corpus*, often excluded from metropolitan canons but reinterpreted in African literary systems. The overall objective is to understand how these narratives, initially linked to Lusotropicalism and colonial propaganda, were later assimilated or rejected in emerging national literatures. The methodology used combines discursive analysis of works awarded in these competitions (*corpus*) with a postcolonial theoretical approach (Said, 1993; Bhabha, 1994) and studies on coloniality (Quijano, 2000). The results indicate that Portuguese colonial literature operates as an ambiguous archive, simultaneously an instrument of domination and raw material for African counter-narratives. The conclusion is that its contemporary reinterpretation requires a critical dialogue with the epistemologies of the South (Santos, 2018), capable of revealing both its symbolic violence and its cultural resilience.

KEYWORDS: Literary memory. Colonialism. Decolonization. Lusotropicalism. Archive.

INTRODUÇÃO

A produção literária gestada sob o signo do Estado Novo português configura-se como um *topos* privilegiado para se pensar a dialética entre memória e obliteração, entre a violência da inscrição e o silêncio da erosão histórica. Não se trata aqui de mero objeto de estudo historiográfico, mas de um problema, uma questão que interpela pela própria condição de sujeitos pós-coloniais, herdeiros de narrativas que não se escolhe, apenas se constitui.

A memória que emerge desses textos não pode ser compreendida como simples repositório de acontecimentos passados, mas como campo de forças atravessado por disputas simbólicas, silenciamentos estratégicos e operações de poder. O Estado Novo, ao instituir uma narrativa imperial homogênea e conciliatória, produziu uma memória oficial que, ao mesmo tempo em que se afirmava como totalizante, operava pela exclusão de experiências dissonantes, especialmente aquelas vinculadas à violência colonial, à subalternização dos corpos colonizados e à precarização das diferenças culturais.

Nesse sentido, a obliteração, geralmente instituída como esquecimento passivo ou lacuna documental, se evidencia como gesto ativo de apagamento, inscrito nas formas discursivas e nos regimes de representação legitimados pelo poder. A literatura produzida nesse contexto torna-se, assim, um espaço ambíguo: simultaneamente veículo de reprodução ideológica e lugar de fissura, no qual irrompem restos, ruídos e tensões que escapam à linearidade da narrativa colonial; é nessa fricção entre dizer e calar que se desenha a complexidade ética e política desses textos.

Pensar tais obras a partir de uma perspectiva pós-colonial implica, portanto, reconhecer que a herança colonial não está presente apenas em um passado encerrado, persistindo como estrutura de sensibilidade, como modo de organização do imaginário e da linguagem. Os sujeitos que leem e reinterpretam essas narrativas no presente o fazem desde uma posição marcada pela ambivalência: entre a necessidade de desvelar os dispositivos de dominação inscritos no texto e o reconhecimento de que a própria subjetividade crítica é constituída no interior dessas mesmas formações discursivas.

O *corpus* literário produzido sob os auspícios dos concursos coloniais apresenta uma ontologia paradoxal: existe simultaneamente como presença (nos arquivos físicos, nas bibliotecas coloniais, nas intertextualidades das literaturas africanas) e como ausência (do cânone português contemporâneo, da memória coletiva lusófona).

Essa condição ecoa o conceito derridiano do *mal d'archive*, isto é, o arquivo como lugar que, ao mesmo tempo que conserva, exclui; que, ao registrar, silencia. A leitura desses textos hoje exige uma investigação que vá além do conteúdo manifesto e interroge as condições mesmas de possibilidade dessa escrita.

A abordagem metodológica adota uma perspectiva transdisciplinar, ancorada no cruzamento entre crítica pós-colonial, teoria do arquivo e filosofia da linguagem. O *corpus* será constituído por obras laureadas ou finalistas dos Concursos de Literatura Colonial e Ultramarina, com especial atenção às narrativas ficcionais que tematizam a presença portuguesa em África. A análise se desdobra em três movimentos: (1) leitura crítica dos textos à luz de suas condições de produção e circulação, atentando para os marcadores de intencionalidade ideológica; (2) aplicação da teoria foucaultiana dos dispositivos para compreender os concursos como práticas de governamentalidade simbólica; e (3) investigação das ressignificações dessas obras nos contextos literários de Angola, Moçambique e Portugal contemporâneo, utilizando como referencial os conceitos de “lugares de memória” Pierre Nora (1989) e “mal de arquivo” Jacques Derrida (1967; 2001). A metodologia privilegia, portanto, uma leitura sintomática que busca não apenas o que os textos dizem, mas aquilo que tornam possível dizer; e aquilo que silenciam.

Interrogar o lugar da literatura colonial nos arranjos pós-coloniais para além de um exercício acadêmico, se trata de uma tarefa política de desvelamento. O projeto imperial português, como mostra a crítica de matriz pós-colonial, não se fez apenas com armas, mas com signos. Através da institucionalização da escrita por concursos, o Estado Novo construiu um regime de veridicção literária que procurava normatizar a imagem do “outro” e do “nós” português. Compreender a persistência desses textos, ora como ruína, ora como sintoma, permite traçar uma genealogia dos dispositivos coloniais de produção de sentido, além de tensionar as formas pelas quais o presente luso-afro-brasileiro reinscreve, desloca ou nega essa herança

textual. O estudo se justifica, portanto, pela necessidade de articular uma crítica literária que não seja “cúmplice” do arquivo, porém, evidenciando: o “desmonte”, o “problematize” e o “reinscreva” em chave contra-hegemônica.

Como observa Boaventura de Sousa Santos (2014), o epistemicídio colonial não se limitou à supressão de saberes autóctones; incluiu também a produção de um certo tipo de conhecimento autorizado, uma escrita que, mesmo quando pretendia descrever, prescrevia relações de poder.

Seu estudo exige um duplo movimento: reconhecer sua instrumentalização política e, ao mesmo tempo, mapear suas reverberações em contextos pós-coloniais. Os Concursos de Literatura Colonial e Ultramarina, além de eventos literários, foram “dispositivos de poder” (Foucault, 2008) que articularam estética e geopolítica. Problematiza-se aqui como essas obras, originalmente destinadas a celebrar o projeto imperial, foram posteriormente apropriadas ou silenciadas: um processo que reflete as tensões entre “memória” e “esquecimento” (Nora, 1989) nas ex-colônias.

A literatura produzida sob a égide dos Concursos de Literatura Colonial e Ultramarina permanece como uma zona liminar no imaginário lusófono: simultaneamente presente nos rastros documentais e ausente das narrativas hegemônicas que compõem o cânone literário. O problema que se impõe tem natureza ontológica e epistemológica: como ler uma literatura concebida como instrumento de colonialidade sem reproduzir suas matrizes de poder? Que estatuto dar a esses textos que, embora inscritos no arquivo, resistem à leitura direta, exigindo uma hermenêutica da suspeita e uma ética da escuta histórica? Investiga-se, assim, de que modo tais produções foram operacionalizadas como tecnologias simbólicas do império e, posteriormente, como foram reelaboradas, ou deliberadamente silenciadas, pelas narrativas nacionais pós-coloniais.

A hipótese central é que essa literatura não foi apagada, mas sim recontextualizada de formas paradoxais: enquanto Portugal a relegou ao esquecimento, países como Angola e Moçambique a reinscreveram em seus próprios cânones, seja como contra-modelo, seja como vestígio histórico. O artigo desenvolve-se em três eixos: primeiro, uma análise do projeto estético-político dos concursos; segundo, as estratégias de representação do “outro” colonial; terceiro, os mecanismos de recepção e ressignificação pós-colonial.

O DISPOSITIVO LITERÁRIO COLONIAL

Os concursos não eram meros eventos culturais, mas parte de uma “tecnologia de governo” (Rose, 1999) que vinculava escrita e ocupação territorial. A análise de obras premiadas como **Sanzala** (1957), de Castro Soromenho, revela como o realismo literário servia tanto à documentação etnográfica quanto à justificação da presença portuguesa. Essa dupla função ecoa o conceito de “violência epistêmica” (Spivak, 1988), na qual a representação literária se confunde com dominação.

A literatura colonial, ao mesmo tempo em que se apresentava como um veículo de expressão artística, operava como um processo de legitimação simbólica da dominação. O concurso literário, ao premiar obras que reafirmavam a racionalidade colonial, funcionava como um filtro discursivo, estabelecendo quais narrativas seriam autorizadas e quais silenciadas. A obra **Sanzala** descreve a realidade colonial e a conforma, reiterando hierarquias étnico-raciais e estruturando um imaginário de alteridade que se alinha aos interesses do império.

A escrita é a transmissão de experiências e um campo de forças atravessado por relações de poder. Como afirmou Michel Foucault (1996 [1988], p. 105), “onde há poder, há resistência”; todavia, nem toda produção textual da colônia se constitui como resistência. A maior parte das vozes que emergem no interior do dispositivo literário colonial está atravessada pela gramática do dominador. Assim, a literatura não apenas representa a colônia, mas a produz segundo uma lógica de inteligibilidade europeia. Como bem apontou Edward Said (2007), no orientalismo se esconde uma vontade de saber que é também vontade de poder.

A própria configuração do concurso literário deve ser compreendida como parte de uma “governamentalidade” colonial² que procurava, pela normatização das estéticas e dos conteúdos, forjar subjetividades conformes à ordem colonial. Conforme Rose (1999), as tecnologias de governo operam através de dispositivos que modulam condutas e produzem verdades. Assim, ao consagrar certos textos, o concurso literário reconhecia o seu mérito, mas instaurava um regime de verdade sobre a colônia e seus sujeitos.

Esse regime de verdade é atravessado por uma violência simbólica (Bourdieu, 1989), pois impõe uma leitura do mundo como se fosse neutra, universal. A literatura realista, ao se apresentar como um espelho da realidade, oculta seu papel na construção dessa mesma realidade.

Como observa Spivak (1988), a episteme colonial marginaliza o subalterno, pois fala por ele ou o silencia por meio de estruturas de representação que lhe são exteriores. Em **Sanzala**, as personagens africanas são descritas com um olhar exotizante, revelando uma tentativa de inteligibilidade que, sob o pretexto de compreensão, anula a diferença. Há, portanto, uma dimensão performativa na escrita colonial.

As descrições, ao serem reiteradas e premiadas, sedimentam-se como verdade, transformando-se em arquivo. Jacques Derrida (2001) observa que o arquivo, além de ser o local de conservação, também se torna uma espécie de instituição do sentido; por isso, o que se arquiva é aquilo que se quer lembrar, e o que não se arquiva é o que se quer esquecer. Neste sentido, o dispositivo literário colonial arquiva o mundo segundo a lógica do colonizador, instituindo uma memória seletiva e funcional ao domínio.

Nesse quadro, a crítica literária precisa ser compreendida não como um exercício de interpretação isolado, mas como prática inserida nas relações de poder e saber. A leitura de obras como **Sanzala** exige um deslocamento epistemológico: mais do que perguntar o que o texto diz, é necessário indagar o que ele faz. Que efeitos de verdade produz? Que vozes

autoriza? Que silenciamentos opera? Neste sentido, a leitura crítica se alinha à proposta de uma desconstrução do arquivo colonial, revelando os seus mecanismos de exclusão e normatização.

A pedagogia colonial da escrita, promovida pelos concursos, insere-se no que Achille Mbembe (2011) denominou de “necropolítica”. Ao selecionar e premiar determinadas representações, o império decide quem pode falar, e quem pode viver na linguagem. A morte simbólica do subalterno é a condição para a sobrevivência do discurso colonial. Dessa forma, é urgente repensar os critérios de legitimação literária e abrir espaços para uma polifonia que desestabilize o regime colonial de verdade.

LUSOTROPICALISMO E HETEROGLOSSIA

A adoção do “lusotropicalismo” (Freyre, 1933), nos anos 1950, introduziu contradições no discurso colonial. Se, por um lado, romances como **Chuva Braba** (1956), de Manuel Lopes, celebravam a mestiçagem, por outro, sua “linguagem polifônica” (Bakhtin, 1981 [1963]) permitia fissuras onde vozes subalternas emergiam; esse hibridismo involuntário preparou o terreno para futuras apropriações críticas.

Ao longo das décadas de 1950 e 1960, a retórica lusotropicalista consolidou-se como instrumento diplomático e ideológico da metrópole. O discurso da harmonia racial e da convivência pacífica entre colonizador e colonizado sustentava-se sobre uma base profundamente contraditória, pois, enquanto evocava o ideal da miscigenação cultural, mantinha inalteradas as estruturas materiais da subalternidade. A literatura insular, particularmente a cabo-verdiana, tornou-se um espaço ambíguo onde essa tensão discursiva se materializava.

Na obra **Chuva Braba**, de Manuel Lopes, é possível identificar um campo de forças linguísticas em permanente negociação. A presença de diferentes registros, formas de fala e modos de narrar revelam uma pluralidade que escapa ao controle do enunciador. A “heteroglossia” teorizada por Bakhtin (1981 [1963]) se manifesta ali como desafio à homogeneidade colonial, uma vez que os discursos se entrecrocavam, se contaminam e se reconfiguram no interior da própria estrutura narrativa. O narrador não consegue estabilizar a multiplicidade de vozes, permitindo que se revelem perspectivas inconciliáveis com o projeto colonial.

Essa dissonância não decorre de uma intencionalidade consciente, mas consiste em uma fratura imanente à lógica representacional do lusotropicalismo. A tentativa de inscrever a mestiçagem como prova da superioridade civilizatória portuguesa esbarra na performatividade da linguagem literária, que insiste em mostrar o que o discurso oficial tenta ocultar. A dor da seca, o exílio, a fome e a desesperança perfuram a aparente celebração da convivência interétnica, evidenciando o abismo entre as promessas do ideário lusotropical e a experiência concreta dos sujeitos subalternizados.

Em **Chuva Braba**, a figura do protagonista, representado como elo entre tradição e modernidade, condensa as contradições do projeto colonial tardio. Sua trajetória evidencia um campo de embate simbólico onde identidades são tensionadas e fronteiras culturais reconfiguradas. A oralidade insular, incorporada ao texto, torna-se instrumento de agenciamento discursivo.

Quando os saberes populares se articulam em forma de narrativa, instauram-se brechas por onde se insinuem outras formas de inteligibilidade do mundo. As vozes que ecoam da aridez da ilha não são resíduos do passado, mas formas de resistência simbólica à universalização europeia do saber. A heteroglossia, nesse sentido, desloca o centro enunciativo da metrópole, abrindo caminho para uma polifonia que ultrapassa a gramática lusotropical. Ainda que a narrativa busque estabilizar sentidos, as vozes emergentes recusam o fechamento hermenêutico, insistindo na pluralidade dos sentidos e na opacidade do real.

Essa opacidade é a marca de um saber que resiste à captura colonial. A articulação de diferentes temporalidades no interior do romance não conduz a uma síntese conciliadora, afirmando-se, antes, como uma tensão constitutiva. Ao contrário da promessa lusotropicalista de fusão harmoniosa, o texto aponta para a irresolução, para a coexistência de regimes de sentido que se recusam a ser hierarquizados.

A apropriação crítica dessa ambiguidade será posteriormente mobilizada por autores e autoras comprometidos com a desconstrução do legado colonial. A heteroglossia torna-se, assim, uma herança de insurgência textual, um modo de escrita que desestabiliza o monocentrismo enunciativo e reabre o arquivo para novas leituras. Nesse processo, o texto literário deixa de ser objeto de decifração e passa a ser campo de disputa hermenêutica.

A crítica contemporânea, ao retomar esses textos, é convocada a ouvir o que neles permanece indomado. As vozes que resistem ao esquecimento estão inscritas não apenas no que é dito, mas na forma como é dito, no ritmo, no tom, na interrupção. Por meio desses vestígios, é possível entrever os contornos de uma poética da dissonância, que escapa ao pacto colonial e se projeta como horizonte de emancipação discursiva.

ARQUEOLOGIAS DO PÓS-COLONIAL

Após 1974, autores como Pepetela e Mia Couto reelaboraram temas e estruturas da literatura colonial, invertendo seu sentido original. Em **Mayombe** (1980), por exemplo, a floresta, antes cenário de aventura colonial, transforma-se em espaço de guerrilha e memória anticolonial. Essa “transvaloração” (Nietzsche, 1887) demonstra que o arquivo colonial é sempre um campo de batalha semiótico.

Em **Mayombe**, a reorganização do espaço narrativo desloca o olhar do colonizador para o interior do movimento guerrilheiro, fazendo da floresta, para além de um território a ser dominado, um lugar atravessado

por conflitos internos, tensões ideológicas e experiências coletivas de luta. A narrativa recusa a perspectiva épica do colonialismo tardio e expõe as fraturas do projeto nacional em gestação, inscrevendo no texto a instabilidade própria de um processo revolucionário ainda em curso.

De modo semelhante, em **Terra sonâmbula** (1992), Mia Couto reconfigura a paisagem africana ao associá-la a uma temporalidade fragmentada, marcada pela guerra, pelo trauma e pela memória interrompida. O romance desmonta a linearidade histórica herdada da narrativa colonial e substitui a lógica do progresso por uma escrita atravessada por restos, vozes espectrais e narrativas incompletas, nas quais o passado não se encerra, mas retorna de forma insistente e disforme.

Essas operações narrativas revelam que o arquivo colonial não é um conjunto estável de significados, evidenciando um campo permanentemente reescrito a partir de disputas simbólicas.

Ao reinscrever espaços, tempos e personagens sob novas condições de enunciação, Pepetela e Mia Couto expõem a persistência da colonialidade como estrutura discursiva e, ao mesmo tempo, abrem fissuras que permitem pensar outras formas de memória e de pertencimento. A literatura pós-colonial afirma-se, assim, como prática crítica que trabalha sobre os vestígios do império sem pretender resolvê-los em síntese reconciliadora.

Assim, a emergência de uma escrita pós-colonial no âmbito da literatura africana de expressão portuguesa, sobretudo após os processos de independência iniciados em 1974, trouxe à cena um movimento de reconfiguração do simbólico, no qual os signos herdados do período colonial foram ressignificados de maneira radical. Autores como Pepetela e Mia Couto operaram um deslocamento da gramática narrativa anterior, propondo uma reinterpretação dos espaços, dos personagens e das memórias. O gesto literário que se desenha nesse período não visa apenas recusar o passado, mas escavá-lo, explorando suas camadas, suas fissuras e seus silêncios.

Em **Mayombe**, a floresta deixa de ser uma paisagem contemplativa e se converte em sujeito histórico: a mata fala, observa, abriga e desafia. O que antes era pano de fundo para a epopeia civilizatória do colonizador transforma-se em arena da luta revolucionária. Não se trata de substituir um ponto de vista por outro, mas de expor o conflito latente entre diferentes formas de viver e narrar o mundo. A floresta se torna espelho opaco, resistindo à transparência descritiva que marcava o olhar etnográfico colonial.

Essa inversão de valores estéticos e ideológicos pode ser lida à luz da noção de transvaloração de todos os valores, proposta por Nietzsche (1887), na medida em que o signo colonial não é simplesmente negado, mas reativado a partir de novas forças e sentidos. O que se realiza é uma operação semântica que reconecta o significante às experiências antes interditas. O campo semântico da floresta, por exemplo, não é reconstituído como paisagem idílica, mas como depósito de memórias de luta, perda e sacrifício. A natureza torna-se código de insurgência.

No caso de Mia Couto, a reescrita do pós-colonial envolve um trabalho cuidadoso com a linguagem. Os neologismos, as imagens insólitas e os deslocamentos sintáticos instauram uma poética da desconstrução, que impede a reificação do real. A memória colonial, ainda que persista como ruína simbólica, é submetida a um processo de reinvenção. Em obras como **Terra Sonâmbula**, a fronteira entre história e sonho, entre documento e ficção, se dissolve, propondo uma ética da escuta e da deriva.

Nesse horizonte, a literatura pós-colonial africana atua como arqueologia do imaginário. O trabalho do autor se aproxima do gesto arqueológico foucaultiano, pois não busca simplesmente uma origem, mas analisa as condições de possibilidade do dizer. Ao explorar os resquícios do arquivo colonial, esses escritores tornam visíveis as camadas discursivas que sustentaram a dominação. Não se trata de restaurar uma identidade autêntica anterior à colonização, mas de criar espaços discursivos nos quais a pluralidade histórica se torne legível.

O arquivo colonial, nesse sentido, é compreendido como campo de batalha semiótico. Cada signo, cada imagem, cada categoria é passível de reapropriação e de subversão. A literatura não se posiciona como repositório pacificado da memória nacional, mas como espaço de confronto simbólico. A linguagem é o solo instável sobre o qual se disputa o direito de narrar a história.

As vozes que emergem nesse novo *corpus* textual não o fazem em uníssono. A pluralidade de perspectivas, os conflitos internos à própria luta anticolonial, os dilemas da nação pós-independência, tudo isso compõe uma constelação de discursos que desafia leituras redutoras. A produção literária pós-colonial se recusa a ser instrumento de mitificação nacionalista, preferindo encenar suas ambiguidades e contradições.

A arqueologia da literatura pós-colonial não visa à construção de um novo dogma, mas à problematização das condições de produção do sentido, porém, para além disso, demonstra fortemente uma escuta para os restos, os fragmentos e os deslocamentos. O gesto de reescrita torna-se prática de liberdade, no sentido foucaultiano, pois reconfigura os regimes de visibilidade e de enunciação. Os autores pós-coloniais não pretendem substituir uma verdade por outra, mas desfazer a pretensão de verdade que sustentava o discurso colonial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura colonial portuguesa não é um capítulo encerrado, mas um palimpsesto (Derrida, 1967) em constante reescrita. Seu estudo hoje exige não só desconstruir seus mitos, mas também reconhecer seu papel na formação de contra-cânones africanos. Sugere-se que pesquisas futuras explorem como arquivos coloniais são mobilizados em projetos memoria-lísticos contemporâneos, onde passado e presente negociam novas formas de significação.

Quando se trata da literatura colonial como palimpsesto, se evoca a sobreposição de inscrições, aliada à persistência fantasmática de estruturas que se recusam ao esquecimento. O gesto de ler, neste contexto, é também um gesto de escavar. Cada narrativa herda silêncios e estratégias discursivas que continuam a operar, muitas vezes de maneira subterrânea, nos discursos literários e culturais pós-coloniais. Derrida (1967) nos lembra que a escritura carrega uma diferença constitutiva: o passado é uma construção sempre diferida, sempre por vir.

Nesse horizonte, a produção contemporânea que dialoga com os arquivos coloniais não se limita a uma revisitação nostálgica, mas encena disputas de sentido, reelaborando memórias e subjetividades. Projetos artísticos e literários surgem como laboratórios de reimaginação do passado, nos quais o arquivo é menos fonte de verdade do que campo de possibilidade narrativa. A memória deixa de ser simples transmissão para tornar-se lugar de invenção.

A constituição de contra-cânones africanos, longe de representar uma inversão mecânica das hierarquias coloniais, revela uma vontade de reordenar o campo literário segundo critérios outros, que escapam aos parâmetros eurocêntricos de legitimação. Tais iniciativas apontam para a urgência de formas de leitura que levem em conta os atravessamentos históricos e epistemológicos do Sul Global, rejeitando tanto a vitimização quanto a celebração romântica da diferença.

Ao propor que futuras pesquisas atentem para os usos contemporâneos do arquivo colonial, sem reificar a categoria de “colonial” como uma única origem, mas com a pretensão de compreendê-la como um campo de forças que continua a informar, propõe-se tensionar e desafiar as formas de subjetivação em contextos pós-coloniais. Trata-se de reconhecer que o passado colonial não é apenas um evento histórico, mas uma condição discursiva que requer vigilância crítica constante.

Reinscrever o arquivo, portanto, não significa encerrá-lo, mas submetê-lo a uma escuta radical, capaz de perceber as dissonâncias, os lapsos e os resquícios que escapam à leitura disciplinada. A tarefa crítica do presente é escutar esses ruídos de fundo, onde talvez se anunciem novas formas de comunidade, de linguagem e de futuro.

À luz das análises realizadas, torna-se possível afirmar que **Chuva braba**, **Mayombe** e **Terra sonâmbula** inscrevem experiências coloniais e pós-coloniais distintas, evidenciando diferentes modos de relação com o arquivo literário do colonialismo português.

Cada uma dessas obras, a seu modo, revela que a memória colonial não pode ser entendida como herança homogênea, mas como campo instável, atravessado por estratégias narrativas divergentes e por disputas em torno do sentido da história.

Enquanto **Chuva braba** tende a organizar a experiência colonial a partir de uma temporalidade marcada pela repetição da carência e pela naturalização da escassez, **Mayombe** desloca radicalmente esse regime narrativo ao inscrever a luta anticolonial como prática histórica concreta. Nesse deslocamento, a floresta deixa de figurar como espaço de adaptação e sobrevivência para tornar-se território de conflito e decisão política, evidenciando um gesto de transvaloração que reconfigura os signos centrais da literatura colonial.

Em **Terra sonâmbula**, a impossibilidade de recompor uma narrativa linear do passado aponta para os limites do próprio gesto arquivístico. A fragmentação do tempo, a recorrência do trauma e a presença de vozes interrompidas indicam que a herança colonial persiste como ruína, não como totalidade inteligível. A escrita assume, assim, a tarefa de lidar com restos, revelando que a memória pós-colonial para além da síntese, é vivificada pela convivência tensa entre tempos, experiências e narrativas inconciliáveis.

Consideradas em conjunto, essas obras permitem compreender que o pós-colonial não corresponde a uma superação definitiva do colonialismo, mas a um trabalho contínuo de reelaboração crítica de seus vestígios. A literatura emerge, nesse contexto, como espaço privilegiado de enfrentamento simbólico, no qual se confrontam projetos de memória, formas de subjetivação e racionalidades herdadas da governamentalidade colonial, sem que se produza um fechamento reconciliador da história.

Dessa forma, a comparação entre **Chuva braba**, **Mayombe** e **Terra sonâmbula** confirma a hipótese de que o arquivo colonial permanece aberto, sujeito a reescritas, deslocamentos e resistências. Ao reinscreverem os signos do colonialismo sob novas condições de enunciação, esses romances não apenas desestabilizam narrativas hegemônicas, mas evidenciam o caráter necessariamente conflitivo da memória pós-colonial, reafirmando a literatura como lugar de elaboração crítica dos escombros do império.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Tradução de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981. [1963].
- BHABHA, Homi K. **The location of culture**. London: Routledge, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- COUTO, Mia. **Terra sonâmbula**. Maputo: Ndjira, 1992.
- DERRIDA, Jacques. **A escritura e a diferença**. Tradução de Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Perspectiva, 1967.
- DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo: uma impressão freudiana**. Tradução de Ana Godinho. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 9. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1996.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.
- LOPES, Manuel. **Chuva braba**. Lisboa: Editorial Ática, 1956.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2011.
- NIETZSCHE, Friedrich. **A genealogia da moral**. Tradução de Paulo Cezar de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. [1887].
- NORA, Pierre. Between memory and history: les lieux de mémoire. **Representations, Berkeley**, n. 26, p. 7–24, Spring 1989. Special Issue: Memory and Counter-Memory. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2928520>. Acesso em: 14 jan. 2026. DOI: 10.2307/2928520.
- PEPETELA. **Mayombe**. Lisboa: Caminho, 1980.
- ROSE, Nikolas. **Powers of freedom: reframing political thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SAID, Edward W. **Culture and imperialism**. New York: Knopf, 1993.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do sul**. Coimbra: Almedina, 2018.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **O direito dos oprimidos**. São Paulo: Cortez, 2014.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Can the subaltern speak? In: NELSON, Cary; GROSSBERG, Lawrence (org.). **Marxism and the interpretation of culture**. Urbana: University of Illinois Press, 1988. p. 271–313.

Recebido para avaliação em 07/08/2025.

Aprovado para publicação em 08/01/2026.

NOTAS

1 Doutoranda em Letras (Língua, Literatura e Cultura Italianas) pela Universidade de São Paulo (USP). Docente de Língua Portuguesa e Redação no Projeto Portas Abertas da Universidade Santo Amaro (UNISA). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8115-0745>. E-mail: isabellasoza@alumni.usp.br.

2 Governamentalidade, conforme Michel Foucault, pode ser compreendida como a racionalidade política que sustenta a condução das condutas e a administração da vida, operando, no contexto colonial, como tecnologia de poder voltada à normatização dos territórios, dos corpos e das subjetividades subalternizadas.